

BRASÍLIA — A comissão de sindicância aberta na Constituinte para apurar quem votou, na sessão de 9 de fevereiro, pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA), que não estava em Brasília nesse dia, gastou 108 páginas para concluir que, por falta de provas materiais e testemunhais, é impossível identificar o constituinte que cometeu a fraude. As suspeitas recaíam sobre o senador Édison Lobão (PFL-MA), que teria sido flagrado de costas em fotografia publicada pelo jornal Folha de S. Paulo.

O relatório encaminhado ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pelos integrantes da comissão — senador Virgílio Távora (PDS-CE), que presidiu, e deputados Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) e José Carlos Martinez (PMDB-PR) — afirma que as testemunhas não deram qualquer ajuda para a elucidação da fraude.

O deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que fez a denúncia à Mesa, limitou-se a dizer que Sarney Filho não estava presente. O deputado Haroldo Sabóia (PMDB-MA), que descobriu a fraude e avisou Brandão, nada acrescentou. Os deputados Afif Domingos (PL-SP), José Teixeira (PFL-MA) e Ângelo Magalhães (PFL-BA) disseram que nem se lembravam em que haviam votado.

A fotografia da Folha foi considerada prova insuficiente. Mostra apenas um parlamentar de costas, sentado na poltrona de onde teria partido o voto dado em nome do deputado Sarney Filho. Segundo o relatório da comissão, a fotografia não registra o exato momento do voto.

Perícia — A comissão de sindicância pediu ajuda à Polícia Federal, que ampliou a fotografia da Folha com lupas. Segundo o deputado José Carlos Martinez "não tivemos dúvida, com aquela ampliação, de que as costas mostradas na foto eram do senador Édison Lobão", mas os peritos da Polícia Federal afirmaram que a fotografia foi tirada quando o painel eletrônico do plenário já exibia os nomes dos constituintes que participaram da votação.

A perícia acabou dando um argumento a favor de Lobão: ele poderia ter sentado na poltrona 507 depois da votação, para conversar com o deputado Ângelo Magalhães. Segundo o mapa eletrônico, Ângelo estava à esquerda do autor da fraude.

A comissão não providenciou, entretanto, a perícia requerida pelo deputado José Tavares (PMDB-PR), delegado de polícia. Alegou que Tavares não indicara o tipo de perícia nem o local onde deveria ser realizada. O senador Virgílio Távora e os deputados Inocêncio de Oliveira e José Carlos Martinez concluíram que, após duas diligências no computador que controla os votos do plenário e exame dos teipes das emissoras de televisão e das fotografias dos jornais, não havia mais o que investigar.

### Parlamentar será filmado ao votar

Incapaz de apontar quem fraudou a votação, a Constituinte aprimora seu aparato de fiscalização. Os constituintes deverão trabalhar, em breve, sob a vigilância de câmeras que filmarão os movimentos e o voto de cada um. A comissão de sindicância não descobriu o culpado por absoluta falta de provas materiais e testemunhais. Concluiu que a única forma de evitar novas fraudes é filmar tudo que acontece no plenário.

"Ainda esta semana a Mesa deverá ter uma reunião para estudar como colocar em prática a sugestão da comissão de sindicância. Vamos ter de chamar técnicos para ver onde instalar as câmeras, fazer edital de concorrência para adquirir o material e tomar outras providências", anunciou o corregedor-geral da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA).

Em 1985, quatro pianistas foram pilhados em flagrante por fotógrafos da imprensa, o que obrigou a Mesa da Câmara dos Deputados a fazer uma investigação. Confirmada a culpa dos fraudadores, eles foram punidos apenas com advertência por escrito. O episódio deu nova acepção à palavra pianista e criou a preocupação de obrigar os parlamentares a usar as duas mãos na hora de votar.



A foto que mostra o fraudador de costas, sentado na cadeira de Sarney Filho, não valeu como prova

## Ministro garante que governo quer eleição

BRASÍLIA — O presidente José Sarney não incentivará qualquer movimento em favor da prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos porque tem certeza de poder eleger de 40 a 50% dos prefeitos e vereadores em todo o país, nas eleições marcadas para novembro próximo. O instrumento principal será a atuação do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, comandado por Prisco Viana. A tática será a presença de candidatos apoiados pelo esquema oficial em todos os partidos.

A existência de um levantamento feito pelo Palácio do Planalto dando conta da possibilidade de eleição de mais da metade de candidatos governistas e a estratégia que o governo pretende aplicar foram o tema de uma conversa que o ministro Prisco Viana teve no último final de semana, em Salvador, com políticos — alguns até da oposição — que queriam saber qual a posição do governo em relação às eleições municipais.

Prisco confidenciou a esses políticos que, ao contrário do que parlamentares governistas e prorrogacionistas argumentam, ao governo interessa a realização de eleições em três anos seguidos. Este ano,

a máquina governamental investiria pesado na eleição do maior número possível de prefeitos e vereadores. No próximo ano, o governo teria uma base municipal atraente para oferecer a um governador candidato à presidência da República, provavelmente Orestes Quércia, de São Paulo, ou Alvaro Dias, do Paraná. Em 1990, com as eleições para governador e deputados estaduais e federais, os candidatos não poderiam desprezar o apoio de prefeitos que já estariam há dois anos com as máquinas municipais beneficiadas pela reforma tributária.

Prisco diz ainda que o governo não está preocupado com a formação de um novo partido — pois acha que conseguirá infiltrar gente sua em todos os já existentes, principalmente nas pequenas cidades —, mas para a eleição presidencial há duas opções. Depois que o governo perdeu as esperanças de ver o Centrão transformado em partido, passou a apostar na criação de uma nova legenda ou no crescimento do PTB que, desde o começo da Constituinte, teve sua bancada aumentada de 18 para 27 parlamentares e até promulgação da Carta pretende ser a terceira legenda do Congresso, com 35 parlamentares.

## Prefeito repele adiamento

RECIFE — O prefeito Jarbas Vasconcelos disse que os 16 prefeitos das capitais brasileiras que vão se reunir em Cuiabá amanhã e depois, para analisar a situação econômica de suas cidades e as saídas para a crise, pretendem divulgar uma nota conjunta contra a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores.



Jarbas

Presidente da Associação dos Prefeitos das Capitais Brasileiras, Jarbas Vasconcelos falou com os outros por telefone e articulou a redação de uma nota de repúdio à tese prorrogacionista: "Ninguém melhor do que os prefeitos das capitais para se pronunciar sobre este assunto", disse, "pois nós nos elegemos para um mandato de três anos e queremos demonstrar que não desejamos prolongá-lo por um ato de força".

Nos últimos dias, Jarbas vem mostrando inquietação com o crescimento na

Constituinte da idéia de adiar as eleições de prefeitos. Chegou a revelar a alguns assessores que se a proposta fosse aprovada renunciaria dia 1º de janeiro, quando se encerra seu mandato de acordo com a lei: "Seria um desastre político e pessoal para mim ser um biônico. Passei a vida inteira combatendo esse artifício do regime autoritário", concluiu.

Desde a semana passada, quando as primeiras notícias sobre o assunto começaram a surgir, Jarbas se articula para deter o processo. Concedeu várias entrevistas e passou a usar do prestígio de presidente da associação dos prefeitos para tornar público seu repúdio à tese prorrogacionista. Segundo ele, a nota dos prefeitos das capitais deve ser tornada pública no último dia do encontro em Cuiabá, na próxima sexta-feira.

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio, Gilberto Rodriguez, acertou com o deputado Carlos Corrêa, do PDT, a realização, no dia 21 — Dia de Tiradentes —, de uma vigília pela manutenção este ano das eleições de prefeito e vereador. Corrêa, autor da idéia da vigília, quer reunir na Assembléia a maioria dos candidatos a prefeito, de todos os partidos, e representantes de segmentos da sociedade civil.

## Collor pede que Ética do PMDB instaure processo contra Prisco

BRASÍLIA — O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, requereu a instauração de processo na Comissão de Ética do PMDB, para apurar a violação de deveres partidários pelo ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana. Collor entregou a representação pessoalmente ao presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, e enviou uma cópia ao senador Juthay Magalhães (BA), presidente da Comissão de Ética.

Collor de Mello alega que Prisco, para aliciar votos dos constituintes em favor das teses do governo, exerceu tráfico de influência no exercício do cargo de ministro de estado; usou irregularmente bens e equipamentos do Ministério; e promoveu retaliação aos filiados ao PMDB que defendiam o sistema parlamentarista de governo e quatro anos para o presidente da República.

O governador pediu a Ulysses Guimarães que não envie o requerimento ao secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG) e sim para o senador Juthay Magalhães, para evitar que a representação caia na burocracia do partido.

Milton Reis conversou com Ulysses sobre a representação de Collor, e disse que só poderá fazer qualquer declaração sobre o enquadramento de Prisco na Comissão de Ética depois de estudar os documentos anexados ao processo. Esses documentos são na maioria recortes de jornais. Juthay Magalhães afirmou que não sabe se receberá o processo, pois a decisão caberá à Presidência do partido.

Caso a representação chegue à Comissão de Ética, como quer o governador, uma eventual punição a Prisco Viana será demorada. Um processo desses demora pelo menos dois anos.

## PT faz alianças para disputar em cidades do interior do Ceará

FORTALEZA — O presidente do Partido dos Trabalhadores no Ceará, e seu líder na Assembléia Legislativa, deputado João Alfredo, garante que o PT elegerá em novembro os prefeitos de Milhan (12.228 habitantes), Icó (61.927), Ubajara (21.799) e Icapuí (12.289 habitantes). O partido pretende disputar as prefeituras dos 80 municípios em que mantém diretório (o estado tem, ao todo, 172 municípios).

Em algumas cidades, o PT tem-se coligado com o PCB e o PC do B. Até em Fortaleza, onde as divergências entre as agremiações de esquerda são mais acentuadas, a prefeita Maria Luiza Fontenele desistiu de fazer sozinha a campanha de sua sucessão. Em Icapuí, o PT se consolidou este ano com a adesão do prefeito José Airton Cirilo e de dois vereadores. Agora há no Ceará cinco vereadores petistas.

Com a candidatura de Maria Luiza em 86, o PT obteve em Fortaleza 160 mil votos, ou seja, um terço do eleitorado. Agora, com a eleição em dois turnos e a presença de eleitores entre 16 e 18 anos, o partido acredita — diz João Alfredo — que terá condições de enfrentar o PMDB e o PFL.